ano 9 - n. 17 | janeiro/junho - 2020
Belo Horizonte | p. 1-272 | ISSN 2238-1511
R. bras. de Infraestrutura - RBINF

Revista Brasileira de INFRAESTRUTURA

RBINF

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOUTRINA

ARTIGOS

Divergências no Direito Administrativo
Ricardo Marcondes Martins 11

Elementos e características essenciais da concepção de regulação estatal
André Saddy 17
Introdução 17
1 Concepção doutrinária de regulação estatal 19
2 Elementos e características essenciais da atual concepção de regulação estatal 24
2.1 Interferência pública intencional 24
2.2 Normas jurídicas, decisões políticas, judiciais e administrativas 25
2.3 Indicação, indução ou imposição, proibição ou permissão das escolhas de outrem ou de si mesmo 40
2.4 Interesses públicos 41
Conclusão 46
Referências 49

O papel da advocacia pública no dever de coerência na Administração Pública
Rafael Carvalho Rezende Oliveira 53
1 Introdução 53
2 Os desafios da gestão pública no Estado pós-moderno 54
3 O dever de coerência na Administração Pública 58
4 O papel da advocacia pública na efetividade da coerência estatal 64
5 Conclusões 70
Referências 71

Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015) e plano de desenvolvimento urbano integrado: instrumentos para a execução das políticas públicas metropolitanas
Alexandre Levin 73
1 Introdução 74
2 Evolução legislativa 76
3 Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015) 77
3.1 Região metropolitana e aglomeração urbana 78
3.2 Microrregião 79
4 Conteúdo mínimo das leis complementares que criam unidades territoriais e princípios de governança interfederativa 80
5 Função metropolitana ou função pública de interesse comum 82
6 Interesse metropolitano e autonomia municipal 85
7 Plano de desenvolvimento integrado e plano diretor municipal: compatibilidade 89

8 Elaboração, aprovação, revisão e abrangência do plano de desenvolvimento urbano integrado 94
9 Julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.857/PA pelo Supremo Tribunal Federal 96
10 Considerações finais 97
Referências 98

A terceirização na Administração Pública e o Decreto nº 9.507/18
Francisco Eugênio Vilar Tôrres Teixeira 101
Introdução 101
1 Conceito de terceirização 102
2 A terceirização no Brasil 103
3 A terceirização na Administração Pública brasileira 104
4 A Administração Pública e a Súmula nº 331 106
5 Os limites da terceirização no setor público 108
6 A Administração Pública e o Decreto nº 9.507/2018 109
7 ADPF nº 324 e RE nº 958.252 110
8 O Decreto nº 9.507/2018 e as mudanças para a Administração Pública 111
Conclusão 112
Referências 114

Reflexos das alterações na LINDB: a busca pela alteridade na responsabilização do agente público
Bruno Vieira da Rocha Barbirato 117
1 Breve introdução 117
2 Novo conceito de legalidade, o dever de ponderação e a discricionariedade administrativa 120
3 Nova LINDB e o dever de alteridade no controle do ato administrativo discricionário 130
4 Conclusão 143
Referências 146

Regulação da economia compartilhada no setor de transporte individual
Luiz Paulo Ferreira Segundo 149
1 Introdução 149
2 A economia compartilhada no setor de transporte privado individual 151
2.1 Conceito de economia compartilhada 151
3 Competência regulatória 152
3.1 O exemplo estadunidense 153
3.2 A divisão de competências na Constituição Brasileira de 1988 155
4 A regulação dos aplicativos de transporte privado individual 158
4.1 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal 159
4.2 A necessária ponderação entre o princípio da livre iniciativa e os demais princípios constitucionais 160
4.3 A LINDB e a necessidade de avaliação do impacto regulatório 163
5 Conclusão 166
Referências 166

O lucro no serviço público de radiodifusão de sons e imagens
Giovana Bellini Ribeiro 169
Introdução 169

1 Regime jurídico da televisão brasileira 171
1.1 Breve introdução 171
1.2 Regime jurídico constitucional 172
1.2.1 Conceito constitucional de serviço público 172
1.2.2 Radiodifusão, serviço público ou atividade econômica? 177
1.2.3 Outros dispositivos constitucionais relativos ao serviço público de radiodifusão 181
1.3 Normas infraconstitucionais que disciplinam os serviços de radiodifusão 183
2 Aspectos essenciais da concessão ou permissão de serviço público 185
2.1 Conceito constitucional dos termos concessão e permissão 185
2.2 Concessão remunerada por tarifa 191
2.2.1 O equilíbrio econômico-financeiro 192
3 Especificidades dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens no Brasil 194
3.1 Considerações preliminares: os regimes dos serviços de telecomunicações e os de radiodifusão 194
3.1.1 Classificação das TVs 195
3.2 Complementaridade dos sistemas privado, público e estatal 196
3.3 Outras especificidades dos serviços de radiodifusão 204
4 A remuneração do concessionário do serviço de radiodifusão de sons e imagens: a questão do lucro 206
4.1 Lucro e superávit 209
4.2 Lucro do concessionário dos serviços de radiodifusão 210
Considerações finais 215
Referências 218

Ponderação e sanção administrativa (II)

Thomaz B. de Arruda 223
1 Breve introdução 223
2 Da sanção 226
2.1 Do binômio ilícito-sancionador 226
2.1.1 Do ilícito jurídico 226
2.1.2 Do fenômeno sancionador 227
2.1.3 Fatores de discrímen das espécies ilícito-sancionadoras 228
2.1.4 Sistemas de responsabilidade 231
2.2 Da teoria do bem jurídico 234
2.3 Bem jurídico e ponderação 237
3 Dos limites formais 239
3.1 Considerações sobre o conceito de poder 239
3.1.1 Poder como capacidade 240
3.1.2 Poder como função 243
3.2 Poderes formais 247
3.2.1 Poder e competência 247
3.2.2 Da teoria dos princípios formais 248
3.2.3 Da dogmática das margens de ação 252
3.3 Vinculação e discricionariedade da Administração 255
3.4 Ponderação e sanção administrativa 260
3.5 Do problema da incerteza 262
4 Conclusões 263
Referências 265

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 271